



## **ESPAÇOS E TEMPOS DE DESIGUALDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS: EXPRESSÕES SOB O CONTEXTO DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS<sup>1</sup>**

Susane Patrícia Melo de Lima<sup>2</sup>  
Isaque dos Santos Sousa<sup>3</sup>

### **RESUMO**

A realidade metropolitana é presente por todo o Brasil desde o início da década de 1970, ela se espalha pelo território nacional de maneira não homogênea, e especificamente a Região Metropolitana de Manaus/RMM, passa a ser vista segundo o grau de ausência de elementos metropolitanos, de precariedade e/ou da inexistência de serviços básicos potencialmente comuns entre os municípios que a integram. Em 2019 o mundo passou a ser afetado pelo contexto de proliferação de uma pandemia e o estado do Amazonas foi atingido em 2020, registrando em Manaus o primeiro caso de Covid19, que expressivamente mostrou o agravamento das condições de precariedade face aos determinantes impostos pela pandemia. Sob esse contexto o objetivo deste trabalho foi analisar os impactos da pandemia do novo coronavírus, precisamente na metrópole Manaus e sua região metropolitana, a partir das mudanças nas atividades econômicas (cotidiano e conjuntura dos comércios, serviços e do trabalho) considerando as adaptações e ressignificações ante ao contexto pandêmico. Revelou-se uma região com debilidades de gestão na área da saúde para enfrentamento de tamanha magnitude, demandando fluxo constante com a metrópole, bem como, conjunturas e estruturas se desestabilizaram para se re-estabilizarem, um ir e vir, para a busca do equilíbrio da existência humana. Com a ausência de acessos a serviços de qualidade, a imposição, evidência de um cenário de desigualdades e violências socioeconômicas, foram expostas às condições dos municípios metropolitanos como vulnerabilizados, dependentes e sem autonomias, expressando significativo grau de impacto socioespacial no enfrentamento da crise pandêmica.

**Palavras-chave:** Região Metropolitana de Manaus, pandemia de Covid19, espaços e tempos de desigualdade

---

<sup>1</sup> Trabalho resultante das pesquisas realizadas no âmbito dos projetos de pesquisa intitulados: “*Região Metropolitana de Manaus e reestruturação produtiva na pandemia de coronavírus*” (Projeto de Produtividade Acadêmica/UEA/GPA/2021-2023) e, “*Difusão da metrópole e metropolização: monitoramento e análise das dinâmicas e reestruturações espaciais a partir da Região Metropolitana de Manaus*” (Projeto 408275/2018-9, CNPq).

<sup>2</sup> Docente da Universidade do Estado do Amazonas e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/Npur/CNPq/UEA. Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas/PPGGeo-UFAM. Mestre em Geografia.

<sup>3</sup> Doutor em Geografia, docente da Universidade do Estado do Amazonas, Docente do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos/Profágua/UEA e pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/Npur/CNPq/UEA.



## ABSTRACT

The metropolitan reality is present throughout Brazil since the beginning of the 1970s, it spreads throughout the national territory in a non-homogeneous way, and specifically the Metropolitan Region of Manaus/RMM, starts to be seen according to the degree of absence of metropolitan elements, precariousness and/or lack of potentially common basic services among the municipalities that comprise it. In 2019, the world began to be affected by the context of the proliferation of a pandemic and the state of Amazonas was reached in 2020, registering the first case of Covid19 in Manaus, which expressively showed the worsening of precarious conditions in view of the determinants imposed by the pandemic. In this context, the objective of this work was to analyze the impacts of the new coronavirus pandemic, precisely in the metropolis Manaus and its metropolitan region, from the changes in economic activities (daily and conjuncture of commerce, services and work) considering the adaptations and resignifications against the pandemic context. A region with management weaknesses in the area of health was revealed to face such magnitude, demanding a constant flow with the metropolis, as well as, situations and structures were destabilized to re-stabilize, a coming and going, in the search for balance of human existence. With the absence of access to quality services, the imposition, evidence of a scenario of socioeconomic inequalities and violence, were exposed to the conditions of metropolitan municipalities as vulnerable, dependent and without autonomy, expressing a significant degree of socio-spatial impact in facing the pandemic crisis.

**Keywords:** Metropolitan Region of Manaus, Covid19 pandemic, spaces and times of inequality

## INTRODUÇÃO

A realidade metropolitana é presente por todo o Brasil desde o início da década de 1970, em diferentes intensidades ela se espraia pelo território nacional de maneira não homogênea, e especificamente a RMM, passa a ser vista segundo o grau de ausência de elementos metropolitanos, de precariedade e/ou da inexistência de serviços básicos potencialmente comuns entre os municípios que a integram, sobretudo quando se pensa que a proposta de criação de regiões metropolitanas visa, conforme a Lei Complementar Nº 14 de 08 de junho de 1973.

No estado do Amazonas, este novo espaço se estabeleceu a partir da Lei Complementar nº 52 de 30 de maio de 2007 que instituiu a Região Metropolitana de Manaus/RMM, hoje composta por treze municípios, a saber, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaquiri e Silves. Tomando Manaus como referência metropolitana, ela agrega em si o maior contingente demográfico do Estado do



Amazonas, tendo como referência os dados oficiais do IBGE, que estimou em 2018, uma população de 4.080.611 habitantes, dos quais em Manaus estão 2.145.444 habitantes, e os demais habitantes em seus 61 municípios. Como metrópole é concentradora não somente da população, mas das riquezas e das decisões políticas. Em razão da presença de um polo industrial em seu território, ela se “conecta a redes mundiais de produção e circulação de bens e mercadorias com grau relevante de especialização, torna-se a partir desse empreendimento, um “nó” na rede mundial de cidades. Essa característica também é reveladora do perfil de metrópoles e da metropolização regional” (SANTOS; SOUSA; LIMA, 2018, p. 111).

Caracterizada como incomum, pela rarefeita expressão de características metropolitanas, a RMM tem sido foco de análises que apontam desde a sua dimensão territorial superlativa, até as relações que se imbricam para dar ênfase ao processo de metropolização do espaço. A partir de 2019 o mundo passou a ser afetado pelo contexto de proliferação de uma epidemia, que dada a sua ordem de grandeza e alcance dos territórios logo se estabeleceu como uma pandemia. Em 2020, momento em que o estado do Amazonas fora atingido, registrando em Manaus o primeiro caso de Covid19, precisamente no mês de março, quando em diversos países o número de contágio e mortes já se encontrava bastante desenvolvido, e no restante do Brasil em curso.

Considerando o agravamento da condição e dos determinantes impostos pela pandemia de Covid19 em âmbito mundial, de cunho socioespacial, socioeconômico e conjuntural, mudando vidas, cotidianos, governos, políticas, entre tantas esferas da vida social, incrementou-se novas formas de (re)organização estrutural das sociedades, de modo que não se pode descartar um impacto imediato, entende-se que tais impactos se apresentam como uma ameaça na história da saúde pública global. Isto porque não se trata apenas do adoecimento pelo vírus, mas todas as enfermidades decorrentes das novas condições de desenvolvimento da vida que passam a se estabelecer como determinantes do poder viver no novo cenário. Slavoj Žižek (2020) chega a mencionar que a pandemia assola o planeta em nível global e emprega uma brusca mudança na rotina de bilhões de pessoas, e vivemos em um momento em que o maior ato de responsabilidade, por exemplo, é se manter distante daqueles que amamos.

O Amazonas aparece como fundamental no contexto da pandemia em nível mundial, na medida da propagação pela difusão de nova cepa do vírus, mormente a metrópole Manaus, estabelecendo proporções de visibilidade nacional e internacional do



estado para a fragilidade que evidenciou na contenção ou minimização dos impactos da pandemia. Não só pela condição de estar na região metropolitana, mas pelas próprias condições relacionais no aspecto socioespacial evidentes, Manaus influencia e difunde características metropolitanas no seu entorno próximo, ao mesmo tempo que atrai relações/fluxos, de modo que a facilidade de propagação do vírus seja elevada.

A partir do processo de reestruturação produtiva e espacial que se dá pela ocorrência da pandemia, tem-se que ela se coaduna pelas dimensões sociais, econômicas, culturais, pela ampla movimentação que se detém entre os municípios, uma movimentação pendular diária, em razão da busca das atividades de comércio e serviço na metrópole e vice-versa. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar os impactos da pandemia do novo coronavírus, precisamente na metrópole Manaus e sua região metropolitana, a partir das mudanças nas atividades econômicas (cotidiano e conjuntura dos comércios, serviços e do trabalho) considerando as adaptações e ressignificações ante ao contexto pandêmico. Além disso, há temas centrais de análise dentro da proposta, que não podem passar ao largo das análises, são eles: transporte, comunicação virtual, saúde, educação, segurança pública de fiscalização para cumprimento de normas e decretos, limpeza e higiene, todos estes são temas que se imbricam demandando serem compreendidos no contexto maior, e a demanda se mostra pelas mudanças nas condições e modo de vida da população como enfrentamento da pandemia.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho buscou elucidar as implicações cotidianas, conjunturais e estruturais, enquanto uma tríade analítica, dentro do contexto neoliberal, de reestruturação produtiva a partir da pandemia pela COVID-19, nos municípios da RMM, a saber, a metrópole Manaus, Iranduba e Manacapuru, o entorno mais próximo. Teve-se como foco as transformações socioespaciais na RMM, considerando para a tríade analítica as condições sociais e econômicas, desencadeadas a partir dos impactos da difusão do vírus nestes lugares. Nesta perspectiva, alguns conceitos utilizados nas análises ganham destaque tais como metrópole, metropolização, produção dos espaços urbano e metropolitano, reestruturação socioespacial, dentre outros.



Favoravelmente, as transformações socioespaciais observadas em dado recorte espaço-temporal são resultantes das ações e dos interesses dos diversos agentes produtores do espaço, bem como, das relações construídas existentes entre eles, sejam estas de cooperação, ou mesmo, por meio da imbricação dos interesses de um e de outro agente. Existe neste recorte espacial analítico uma forte relação com a metropolização do espaço que permitiu que muitas das características metropolitanas pudessem ser evidenciadas no período de expansão da pandemia.

Smith (2007) alude que em momentos de crise o processo de reprodução do capital se impõe e o espaço passa ser um dos elementos principais desta reprodução, logo entende-se que a análise do processo de produção espacial não pode passar longe da metodologia proposta. As dinâmicas econômicas e sociais expressas no espaço se assentam na abordagem histórico-crítico-dialética (SPOSITO, 2000; 2004), fundamentada no materialismo histórico dialético, visto caracterizar-se pela investigação das contradições evidenciadas, e ainda, pela busca da interpretação dos fenômenos a partir do entendimento de que o objeto analisado está em constante mudança, em constante transformação no tempo e no espaço, por considerar a construção material e imaterial como produto da própria sociedade que a produz. Coadunam-se nesta perspectiva metodológica, a relação espaço-tempo-técnica (SANTOS, 1999), posto que o espaço em transformação, em dado período histórico, é produto também das técnicas utilizadas neste tempo, pela sociedade que produz sempre novas racionalidades espaciais, logo um constante devir.

A conjuntura, estrutura e o cotidiano estão sob a abordagem braudeliana (BRAUDEL, 1995), mediante o qual se discorreu o espaço vivido, concebido e percebido por meio de uma revisão sistemática da literatura científica proposta por Lefebvre (2006). Em sua tríade indissociável de análise espacial, Lefebvre parte do pressuposto de que o espaço está para além de uma produção material, mas articula-se concatenadamente às dimensões da vida humana, sua cultura, seu modo de ser, tendendo a generalizar-se. Analisar metodologicamente o contexto dos municípios de RMM perpassa pela lógica analítica das representações do espaço, ou espaço concebido, apontado por Lefebvre (2006) como aquele dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da ciência. Um espaço planejado, instituído, com normas técnicas, apresentados como neutro, mas que normatiza o que se pode ou não fazer, como se não tivesse sido planejado para garantir a realização ou a manutenção



da desigualdade socioespacial, como, em geral, de seu aprofundamento e, ao mesmo tempo, busca o controle social (ALVES, 2019).

No contexto da pandemia, esse controle do espaço fora densamente evidenciado. Já o espaço vivido, os espaços de representação, se mostram através dos símbolos e imagens que o acompanham, portanto é um espaço dos habitantes ou usuários, que tende a sistemas coerentes de símbolos e signos não verbais. Porém, em Alves (2019, p. 559), a potência da dimensão do vivido é que ela pode criar espaços de representação que contenham o devir como uma possibilidade a ser criada pela práxis, ou seja, entendida como a união da teoria e a prática social. Assim, surge a potencialidade que emerge da vida oriunda da “necessidade da sobrevivência, do manter-se vivo a partir do ter o que comer e onde poder ao menos dormir. Estamos falando do limite de manter-se vivo em nossa sociedade”.

O espaço percebido é a base prática da percepção do mundo exterior, no sentido psicológico (LEFEBVRE, 2006), este espaço seria assim relativo à prática social e expressaria a relação entre a realidade cotidiana (o uso do tempo) e a realidade urbana (as rotas e redes que se ligam aos lugares de trabalho, da vida “privada”, de ócio). Nesse sentido, já que corresponde à prática social, o espaço percebido de alguma forma articula as dimensões do vivido e do concebido concatenando a articulação indissociável dessa tríade percebido/concebido/vivido. Fato é que tais dimensões se aplicarão metodologicamente a esta proposta, acolhendo no método citado, abordagens conceituais e analíticas, das quais se enfatiza a produção do espaço (urbano da metrópole) na perspectiva lefebvreana.

Para Lefebvre (2001) o espaço é concebido como produto social, desta forma, a produção do espaço como produto social estabelece-se através de relações sociais de acordo com o modo de produção da sociedade, na organização e na produção de seu espaço e tempo. Registra-se ainda que a reestruturação do espaço é analisada na perspectiva de Neil Smith (2007), como um processo que é esperado em qualquer sociedade, pelo seu próprio dinamismo, apontando que em todo crescimento e desenvolvimento urbano incidem sempre novos arranjos, estruturas e reestruturas. Ou seja, pelo próprio dinamismo da sociedade igualmente esta será palco evidente de constantes transformações.



## REFERENCIAL TEÓRICO

### **Metrópole e metropolização do espaço**

Parte-se dos conceitos e das ideias formadoras do fenômeno metropolitano e da premissa de que os conceitos são primordiais para a apreensão da análise, e ainda, considerando que todo conceito é fluido no tempo e no espaço. Neste caso, tempo e espaço figuram como categorias que guardam em si a capacidade de se coadunarem revelando tanto temporalidades quanto espacialidades<sup>4</sup> multiformes, se constituindo dimensões essenciais na análise das transformações espaciais. Não somente tempo e espaço são essenciais para a explicação das transformações no espaço, mas o ser social (SOJA, 1993), que essencialmente é o sujeito que completa a tríade da ordem espacial da existência humana. Santos (2004) afirma que são estes sujeitos que animam as formas espaciais, atribuem-lhe conteúdos, vida, função e, nessa realidade empírica, são responsáveis para no seu tempo participarem da formação de espacialidades (LIMA, 2011).

As características metropolitanas são compreendidas a partir do processo de metropolização, como indica Lencioni (2003; 2006; 2013), que a metropolização imprime marcas metropolitanas ao território, alterando estruturas pré-existentes, seja na metrópole ou não. Lencioni (2003, p.15) menciona que “Essas características fazem com que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares fiquem sujeitas aos códigos metropolitanos”. Nem sempre ocorrem em sua totalidade, é um processo com intensidades diferenciadas em cada território. No contexto urbano-regional Manaus se destaca com características metropolitanas, enquanto o seu entorno metropolitano não é metropolizado (LIMA, 2014), expressando um território fragmentado, não coeso, disperso do ponto de vista político – sem gestão metropolitana comum – e do ponto de vista físico – a distância geográfica com baixa intensidade de fluxos. Manaus tem uma região metropolitana institucionalizada, seu caráter metropolitano se evidencia em detrimento dos demais municípios.

---

<sup>4</sup> Para Soja (1993) o termo espacialidade especifica um espaço socialmente produzido, ou seja, na espacialidade estão impressos os resultados das ações humanas.



Santos (2015), menciona que historicamente, uma região metropolitana foi percebida por sua forma urbana, ou seja, pela aproximação das malhas urbanas entre distintas cidades, a unificação do ponto de vista físico, a conurbação. Porém, mais recentemente observa-se “a existência de espaços metropolitanos que não têm como única característica a conurbação. Em alguns casos, a unidade física não é mais o elemento mais marcante de aglomerações metropolitanas contemporâneas” (SANTOS, 2015, p. 35), reconhece-se assim uma mudança no perfil metropolitano contemporâneo, sendo necessário mesmo a ir além da análise do surgimento, mas “compreender os elementos constitutivos dessa nova forma metropolitana, identificada mais pela concentração e disseminação de fluxos diversos do que pela unidade física” (SANTOS, 2015, p.35), e sim, isto implica nas concepções de planejamento e gestão, e o paradigma da governança metropolitana deverá alcançar essas especificidades. Para Santos

É a essa nova forma de espacialização das metrópoles contemporâneas que denominamos “concentração fluida”, a aglomeração urbana continua sendo característica do espaço metropolitano, mas não é somente a sua forma compacta ou contínua que a caracteriza como tal. A emergência de uma nova realidade de interdependência global constrói um ambiente propício para as mudanças na lógica de estruturação da metrópole contemporânea que extrapolam os limites somente da conurbação entre cidades diferentes e separadas por limites político-administrativos e continuidade socioterritorial [...] A conurbação, portanto, não era, de maneira alguma, expressão da construção de um espaço urbano característico de relações sociais específicas [...] (SANTOS, 2015, p. 39).

Trata-se de uma forma metropolitana que não é marcada pela conurbação ou pela contiguidade espacial, portanto a realidade metropolitana se traduz de outra maneira e com outras características, marcada não pela “contiguidade territorial a sua maior expressão, mas sim a presença de fluxos de natureza diversa em espaços que são contínuos, mas não necessariamente contíguos” (SANTOS, 2015, p. 44). Há que se apontar ainda, alguns postulados teóricos acerca da RMM, em que se preze o processo de metropolização e, como hoje, após doze anos de sua institucionalização se dá a expressão metropolitana da mesma. Deve-se considerar que nem toda a unidade institucionalizada como região metropolitana é decorrente de processo de metropolização, a institucionalização pelos estados, sem parâmetros que orientem a definição, relega um perfil heterogêneo de novas regiões metropolitanas, “nem sempre tendo como pólo uma cidade que conceitualmente, possa ser definida como metrópole” (MOURA, 2004, p. 82),





o que ocorre em alguns casos, e em outros, o haver um metrópole mas extensas faixas territoriais não metropolizadas.

A partir dos pressupostos teóricos entende-se que o processo de globalização e a difusão da metropolização implicam na articulação dos lugares, estabelecimentos de fluxos que foram e são significativos no contexto de pico da pandemia e da disseminação do vírus. As redes capazes de serem estabelecidas na RMM, ainda que com baixa intensidade e elevada precariedade, foram contribuintes para que houvesse a difusão da crise pandêmica nos municípios mais articulados com a metrópole, e com fluxos mais intensos.

Considerando a região amazônica e suas debilidades de gestão na área da saúde para enfrentamento da pandemia, bem como a relação de dependência para com a metrópole para atendimento de serviços, demandando dos municípios da RMM um fluxo constante com a metrópole, conjunturas e estruturas se desestabilizam para se reestabilizarem, em um ir e vir para a busca do equilíbrio da existência humana, isso em escalas que variam do global ao local, este último foi indubitavelmente afetado pelas deficiências já preexistente, conjunturais e estruturais dos municípios, no que tange ao serviço de saúde. Ausências de acessos a serviços de qualidade, de desigualdades e violências socioeconômicas, são postas as condições de vulnerabilizados, dependentes e sem autonomias, inclusive de racionalidades, no entanto, a ciência foi capaz de despontar, trazendo análises que possibilitaram ou impulsionaram as melhores oportunidades de mudanças, explicitadas pela capacidade de inserir a vacinação a diversos grupos, principalmente, as minorias mais fragilizadas, distantes dos centros.

Assim, a metropolização pode ser pensada como aquela que difunde entre suas características, modos de ser e viver da metrópole, inclusive suas mazelas, crises e ainda, é capaz de difundir as solidariedades. Nos tempos e nestes espaços de pandemia, as solidariedades se difundiram.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pandemia COVID-19 tem como resultados, em diversos centros urbanos, especialmente nas metrópoles, a implementação de políticas de restrição, como bloqueios e distâncias sociais, causando o que comumente se chama crises social e econômica, com



impactos ainda maiores em comunidades tradicionalmente vulneráveis, como minorias raciais e étnicas, residentes de baixa renda, trabalhadores informais, autônomos e, migrantes. Na RMM isso não se configurou de maneira diferente expressando significativo grau de impacto da crise pandêmica.

No estado do Amazonas somente Manaus dispunha de leitos UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para atendimento a pacientes com caso grave da Covid-19. Os leitos, além de concentrados na capital, eram insuficientes em termos quantitativos. Conforme o DATASUS, dados de fevereiro/2020 registravam que havia 5.700 leitos hospitalares no Amazonas, incluindo todos os públicos, privados e universitários e, sem distinguir quanto ao grupo etário ou grau de complexidade. Considerando também a população absoluta estimada do estado, 4.144.567 habitantes, tinha-se uma taxa de 1,37 leito por mil habitantes. A Organização Mundial da Saúde recomenda que o ideal é ter de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes. A situação tornou-se complexa e caótica, pois não bastava ter leitos, era necessário ter os equipamentos necessários, os profissionais habilitados e, o mais importante, terapias e tratamentos para os sintomas da doença.

A ampliação do número de leitos aconteceu, especialmente em Manaus, assim como a instalação de unidades leitos que ofereciam algum tratamento para os sintomas da covid nos municípios maiores ou polos no interior, entretanto outros problemas emergiram, dentre eles gargalos como a falta de profissionais e até mesmo de oxigênio hospitalar. A crise deste insumo pode ter sido resultado da má gestão, combinada com a incapacidade local de produção, entretanto e as dificuldades de transportes terrestres, que teriam possibilidades de garantir abastecimento do produto aos demandantes, hospitais, unidades de saúde em geral e até famílias, que procuravam suprir estoques para pacientes, inclusive aqueles que fazem uso contínuo, foi decisiva neste contexto.

As condições de acesso, de infraestrutura de estradas e dos meios de comunicação, em especial internet, a qual é fundamental para disseminação das informações e instruções para prevenção, continuam precárias, dificultando os deslocamentos para buscas de atendimento de saúde na capital. Manacapuru, foi o município mais atingido do país, em termos proporcionais, em número de casos de covid-19 e mesmo óbito registrados em razão da doença. Portanto, os impactos da pandemia nas atividades econômicas e até mesmo no cotidiano foram intensos e trouxeram adaptações e ressignificações.



É importante compreender as mudanças nas dimensões do cotidiano, conjuntura e estrutura, suas variações e implicações no espaço geográfico durante a crise examinando os padrões espaciais, os determinantes do COVID-19 e, como o COVID-19 influenciam a economia urbana, autóctones, negócios e espaços. Assim, aponta-se que a pandemia e seus efeitos devastadores revelam muito a respeito de nossa realidade social. Nesse quesito, há diferentes aspectos que podem ser destacados: a infraestrutura construída, a oferta e disponibilidade de serviços, a densidade e distribuição demográfica, nível de renda, escolaridade, dentre outros indicadores que dimensionam as condições de vida e de desenvolvimento.

Nos municípios do interior do Amazonas e do entorno da metrópole o índice de desenvolvimento humano, é possível observar diferentes fragilidades, tais como: uma enorme população com baixa renda; uma grande parcela morando em condições precárias de habitação (ressalte-se que, em muitos casos, sem condições sanitárias), muitas delas compartilhando um cômodo ou dois com seis ou mais moradores, entre estes idosos, adultos e crianças. O IDH (0,674) ainda é considerado baixo; com uma população, em sua maioria jovem, mas as condições de saúde e tratamento são extremamente difíceis.

A precariedade se manifestou até mesmo no serviço funerário. Em matéria publicada por diversos veículos da imprensa, a crise em Manaus foi estampada por imagens de covas coletivas feitas pela Prefeitura no Cemitério Municipal Parque Tarumã. “A rotina de 30 enterros por dia ultrapassou 120 no Amazonas” e o sistema já não conseguia atender a demanda.

Outra análise é a de que a região metropolitana se constitui a partir das redes (materiais e imateriais) geográficas estabelecidas e das relações por elas possibilitadas, assim, as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas, como a difusão do novo coronavírus, também é dependente das interações das pessoas e das articulações entre os lugares, como podemos acompanhar ao longo desses dias de pandemia, por essa razão, o afastamento social, e até mesmo, o isolamento, é a medida eficaz contra a difusão da Covid-19.

Além do impacto no número de casos e freio da difusão do vírus pós vacinação, o que se apresenta como as principais medidas para superação da pandemia, isso se expressa, sobretudo, quando a diminuição do fosso da desigualdade na distribuição de doses nos municípios pode ser percebida, pelo que se pode afirmar que espaços e tempos



de desigualdades podem ser minimizados quando as políticas de estado chegam rapidamente e com eficiência para os mais diversos grupos sociais.

Em suma, ressalta-se a importância, no processo de metropolização, dos fluxos intensos e articulação dos territórios na difusão metropolitana, implicando na difusão do vírus, aliados a precariedade dos serviços nos municípios, aprofundou o cenário de contingência, restrições e distanciamento social durante a pandemia; A ausência de serviços básicos demandados da metrópole se tornaram não somente escassos como inexistentes dado as condições de isolamento e restrição de circulação, acentuando a dificuldade no municípios. A economia sob a emergência do digital se expressou com potência nas esferas da vida cotidiana, impactando lugares sem infraestrutura de acesso digital, sem redes de internet disponíveis, gerando contradições diante do cenário que impunha novas vivências no cotidiano, conformado a aparatos técnicos e tecnológicos que evidenciaram o fosso da desigualdade neste lugares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços e tempos de desigualdades repensados a partir da realidade empírica da Região Metropolitana de Manaus perpassam pelo pensamento de que estes podem ser minimizados quando as políticas de estado chegam, as solidariedades e cooperação solidárias se expressam entre os diversos grupos sociais. Isso foi vivido e percebido no Amazonas no grande período de crise.

A pandemia fora capaz de desvelar, pelos seus efeitos devastadores, muito a respeito de nossa realidade socioespacial, de fragilidade local, dependência da metrópole, disparidade regional na esfera dos serviços, e elevados níveis de pobreza e desigualdade, inerente ao país, porém muito expressivo na realidade analisada.

As ressignificações foram observadas na esfera econômica, comércio, serviços, o trabalho sujeito a mudanças, inserção de novos conteúdos. Para Zizek (2020) o novo vírus causa uma ruptura traumática e acende a reinvenção de novas lógicas, em que homens e mulheres de diferentes nacionalidades, etnias, religiões e status se viram enfrentando um inimigo invisível cujo poder exige uma transformação nos padrões de convívio até então vigentes. Aquilo que convencionou-se chamar de normal. Tanto estados, governantes, organismos internacionais e sociedades civis também acenderam pela sobrevivência coletiva, agora ameaçada. Há temas centrais de análise dentro da proposta: transporte,



comunicação e trabalho virtual, saúde, educação, segurança pública de fiscalização para cumprimento de normas e decretos, limpeza e higiene ante ao contexto de fragilidade econômica destas populações.

E por fim, a metrópole mantém sua condição primaz e ressignifica-se como as metrópoles mundiais, enquanto seu entorno continua a relação de dependência, todavia se reengendrando face ao novo contexto em que espaço e tempos de pandemia foram capazes de reforçar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gloria da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

AMAZONAS. **Lei Complementar nº 52 de 30 de maio de 2007**. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. 30 de maio de 2007.

AMAZONAS. **Lei Complementar nº 59/2007 de 27 de dezembro de 2007**. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. 27 de dezembro de 2007.

AMAZONAS. **Lei Promulgada nº 64 de 30 de abril de 2009**. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. 30 de abril de 2009.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 14 de 8 de junho de 1973**. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. 8 de junho de 1973.

BRASIL. **Lei n. 13.089/2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2015.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: I. As estruturas do cotidiano. II. Os jogos da troca. III. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Editora Ática S.A. Série Princípios, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos Espaciais e a Cidade. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XLI, nº 3, 1979.

CORRÊA. Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço, um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alexandri. et al. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.



ESTADAO, Da Redação com. 22/04/2020. **Com SUS em colapso, Amazonas enterra vítimas da covid-19 em vala coletiva.** Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-avanco-do-covid-19-manaus-comeca-a-enterrar-vitimas-em-vala-coletiva/> Acesso em 01 de novembro de 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In FERREIRA, A. RUA, J. MARAFON, G. SILVA, A. C. P. da (orgs.). **Metropolização do espaço:** gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In. SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G de. **Metrópole:** governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LENCIONI, Sandra. Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. G. (orgs.) **Dilemas Urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto. 2003.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem:** a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução do processo de metropolização do espaço na Amazônia Ocidental. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, 2014.

LIMA, Susane Patrícia Melo de. **Cadeia Produtiva dos biocsméticos no Amazonas:** da terra ao laboratório, do laboratório à indústria e destes ao mercado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2011.

MOURA, Rosa. Morfologias de concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização? In. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 77-92, jul/dez 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Tiago Veloso dos. **Metrópole e Região na Amazônia:** Concepções do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

SANTOS, Tiago Veloso; SOUSA, Isaque dos Santos; LIMA, Susane Patrícia Melo de. Os grandes objetos urbanos: condição, meio e produto da metropolização regional na Amazônia Brasileira. In. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, V. 12, nº 29, Maio/Ago de 2018. p. 108-126. Disponível em <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4491>.



SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, p. 15-31, 2007. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2007.74046>.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, E. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: **Redescobrimo o Brasil**. 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 2000. pp. 347-349.

ZIZEK, Slavoj. **Pandemia**: Covid19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.